

Brasil Viral: Panóptico-Bionecropolítico

Brazil Viral: Panopticon-Bionecropolitical

João Vitor dos Santos Cruz ¹

Leonardo Rodrigues Almeida ²

Resumo: Este ensaio busca diagnosticar as práticas de poder que estão se formando no Brasil durante a pandemia, a importância do uso de dados para a implementação dessa configuração e a intensificação da política de terror nas favelas. Identifica uma nova configuração dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico e como atuam de diferentes formas nos sujeitos de acordo com suas diferenças econômicas, raciais e de gênero. Para isso, nos utilizamos de três autores fundamentais: Michel Foucault, cujo objetivo é refletir sobre a atualidade do biopoder, do poder disciplinar e do dispositivo panóptico; George Orwell, no qual estabelecemos um paralelo com a literatura como maneira de aclarar tal diagnóstico; e, Achille Mbembe para entender à luz do necropoder as características do genocídio negro brasileiro.

Palavras-chave: Pandemia; Bionecropolítica; Saber; Controle.

Abstract: This essay aims to diagnose the power practices that are forming in pandemic's Brazil, the importance of using data to implement this configuration and the intensification of the terror policy in the slums. Identifies a new configuration of disciplinary, biopolitical and necropolitical powers and how they act in different ways on subjects according to their economic, racial and gender differences. For this, we use three fundamental authors: Michel Foucault, whose objective is to reflect on the current status of biopower, of disciplinary power and panoptic device; George Orwell, in which we establish a parallel with the literature as a way to clarify such diagnosis; and Achille Mbembe to understand in the light of the necropower the characteristics of the Brazilian black genocide.

Keywords: Pandemic; Bionecropolitical; Knowledge; Control.

* * *

Com o advento da pandemia da covid-19 no início de 2020, medidas foram tomadas para conter o avanço da doença. Cedo ou tarde, quarentenas foram implementadas em praticamente todos os países do globo. Na China, onde o vírus foi descoberto, há drones, sensores de temperatura e aplicativo de celular para descobrir o infectado. O uso de dados também está sendo implementado em outros países, até

¹ Licenciando em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: jaovitorcruz@gmail.com.

² Licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: leo.08.ra@gmail.com.

mesmo no Brasil. Com isso é possível saber a taxa de isolamento social ou onde cada infectado esteve e, assim, conter um avanço da doença. Porém, é na favela onde o vírus se espalha mais rápido e são os moradores das comunidades quem mais sofrem com a dificuldade de acesso à saúde. Diante disso, o que nos garante que os nossos dados estão protegidos, ou que a pandemia é um mero pretexto para acessá-los? O uso de nossos dados servirá para novas práticas de poder? Como se configura essas novas práticas nas favelas, onde impera o poder de matar?

Refletir sobre essas questões a partir de problematizações foucaultianas é, no mínimo, perturbador, porque a sua analítica dos poderes contempla a atualidade dos planos teórico e prático das ações governamentais individualizantes e globalizantes. Por analogia, seria como ajustar o grau das lentes dos óculos e, assim, perceber as racionalidades políticas presentes nessa governamentalidade, antes embaçadas pela ausência de conceitos nítidos. Diferente de como concebem liberais e marxistas, a questão não está assentada no desvio da intervenção estatal, como quiseram os primeiros, nem em sua transformação, como propuseram os segundos. O nível de análise é micropolítico, capilar, detalhado, no qual o alvo é a governabilidade. Ao identificar as práticas de poder, tornar-se-á possível notar quão hodierna é sua configuração no contexto pandêmico.

Foucault (2008) descreve dois mecanismos de poder, a saber, disciplinar e biopolítico, que surgiram, respectivamente, a partir dos séculos XVIII e XIX. O exercício do poder disciplinar torna os indivíduos politicamente dóceis e economicamente úteis. Através de práticas de individualização, classificação, identificação, recompensa e castigo, os corpos dos indivíduos e seus comportamentos são moldados segundo uma ordem de interesse. O panóptico de Jeremy Bentham, popularizado pela abordagem de Foucault, foi o modelo arquitetônico projetado para esse fim. Considerado como "o ovo de Colombo" do problema da vigilância, ele é composto por uma torre central, a partir da qual era possível vigiar todos aqueles presentes em cubículos formando uma estrutura circular. Não obstante, Bentham não menciona quem ocupa a torre central. Bom, se ninguém ocupa a torre central, quem está vigiando? Nessa estrutura idealizada pelo jurista inglês, quem está sendo vigiado não consegue identificar quem ocupa a torre central. Logo, o que há de extremamente eficaz e economicamente irrisório é a criação da consciência autovigilante. Ninguém precisa vigiar você quando a disciplinarização do seu corpo é bem-sucedida, pois nesse caso a finalidade governamental atinge seu ápice.

E o que isso tem a ver com a pandemia? Revisitando a quarentena da cidade pestilenta, que Foucault descreve em *Vigiar e Punir* - não por coincidência está no capítulo do panóptico - percebemos algumas semelhanças. Apesar da ausência de recursos tecnológicos, os intendentes dos quarteirões e os síndicos das ruas deviam saber tudo o que se passava dentro de cada casa e com cada indivíduo, sob pena de morte àquele morador que mentisse. Se antes era necessário olho humano para registrar e certificar tudo, hoje as telas de vidro, o localizador GPS e os olhos digitais

cumprem muito bem esse papel. O olhar está por toda parte, sob o pretexto de assegurar a vida da população, mas o que impediria que, ao fim da cidade pestilenta, desenvolva-se enquanto dispositivo de poder que assegura a obediência com o simples ato de se sentir observado?

No nível individual, na passagem que se faz da família para a escola, depois, talvez, universidade e então espaços de trabalho, nessas instituições disciplinares, aquele tipo de sujeito governável é fabricado mediante a lapidação da máxima virtude que herdamos do cristianismo: a obediência. O reconhecimento das autoridades presentes nos nossos micropoderes cotidianos (pai, mãe, marido, professora, policial, etc.) cristalizam essa condição de "ovelha" apresentada na infância e levada a cabo até a velhice. Sua importância é demasiadamente grande para haver aceitação das medidas de controle operadas pelos governantes. Quanto mais obediente for o indivíduo, menos convincente precisa ser o discurso que legitima a ação. Entender isso de modo crítico não significa que devemos quebrar o isolamento social e correr o risco da contaminação. Ao contrário do que defendem os gladiadores da bandeira econômica, nós não temos a pretensão de reforçar tal ideia. Porém, também não significa a cega aceitação. O ponto em questão está em perceber de que modo essas medidas restritivas afetam nossos comportamentos e nos preparam para novas configurações sociais de exacerbado controle pela "defesa da vida".

Talvez, o maior sonho humano seja o equilíbrio entre segurança e liberdade. O prazer da realização individual somada à ausência de ameaças aparenta ser utópico, na medida em que a história mostra que eles são excludentes entre si. Regimes fascistas e ditatoriais são exemplos nos quais a liberdade individual foi esmagada pela segurança dos eleitos. Em quadros pandêmicos, como o atual, a ânsia para ter a vida assegurada ganha evidência e as medidas de controle político, reforçadas pela aclamação pública, é oportunizada. Cuidado e atenção, nessa circunstância, são palavras de ordem pela possibilidade da afirmação de si ser suprimida sob a justificativa da sobrevivência.

Pode ser traçado um paralelo entre este cenário e a distopia *1984*, de George Orwell. Nela, o partido Ingsoc, liderado pelo Grande Irmão, governa o povo, sobretudo, através das teletelas, em locais públicos e privados, pelas quais a observação diuturna das suas ações é possível. Winston, principal personagem, trabalha em um setor absurdamente estratégico chamado "ministério da verdade", no qual o passado era modificado com o intuito de tornar o presente, por pior que fosse, o melhor momento vivido. Ao se apossar da memória da população, ao invadir a subjetividade e modificá-la ao seu bel prazer, o partido coloca nas mãos as condições de possibilidades da própria existência.

Quando colocado numa gaiola, o pássaro está seguro ou preso? Este questionamento pode ser derivado da leitura da obra orwelliana e correlacionado com os efeitos da atual pandemia no Brasil, sobretudo pelo medo da morte. Na tentativa de explorar o mundo, o medo é o sentimento de maior valor e espantoso de tão eficiente. Qual o maior recurso disponível no planeta a ser explorado? Galinhas? Vacas? Árvores?

Não! A “mina de ouro” são os seres humanos. Eles fazem planos, eles enxergam a si mesmos no “amanhã”. Com a ameaça da morte uma galinha não choca mais ovos, nem a vaca produz mais leite, tampouco as árvores produzem mais frutos. Porém nós, seres humanos, coagidos pelo medo do castigo, somos controláveis.

O medo da morte tornou o controle político objeto de desejo e o castigo justificável. As explicações transcendentais, por sua vez, constituem o plano de argumentação metafísico desse jogo de poder. As punições divinas, como as doenças, estimulam a introspecção para “limpar” as “impurezas” que por ventura tenham acirrado a ira do ser supremo. Com isso se tem a sensação de controle e, conseqüentemente, de segurança sob a proteção daquele que é onisciente, onipotente e omnipresente. É preciso sofrer para ser “salvo” e o uso político dessa combinação é implacável ao instaurar o pânico do juízo final, divino ou laico.

Além do medo, os governantes precisam investir em outro sentimento – esperança – sem o qual o exercício do poder político seria estéril. O sucesso de tal investimento significa controle sobre o tempo. Quem controla o passado, controla o presente e quem controla o presente, controla o futuro. Criar subjetividades esperançosas, sobretudo em democracias representativas, significa desapropriar a ação direta dos indivíduos pela fé no futuro melhor, prometido pelos salvadores partidários. Confiar única e exclusivamente no direcionamento das autoridades públicas, pelo medo de morrer e esperança de viver, pode ser o caminho para a guilhotina.

Nesse sentido, as políticas compensatórias usadas pelos governantes e/ou entidades filantrópicas se configuram como cortina de fumaça. O que são o auxílio emergencial e a doação de cestas básicas? Nada mais do que contenção de possíveis revoltas. Essas ações não partem de uma bondade dos governantes pela necessidade de sobreviver dos governados, mas funcionam como estratégia política. E dominar a opinião pública é parte necessária na implantação de novas ordens.

As sociedades atuais não têm epicentro disciplinar, elas são sociedades de controle. Se na sociedade disciplinar o uso da vigilância é destinado para fabricar sujeitos tipificados, na de controle ela vai ser usada para criar “campos de liberdade”, zonas de consumo, dirigir, induzir, mapear caminhos delimitados que vai da escolha do produto até a incitação de impulsos emocionais diante do isolamento social. Aqui, o medo da morte é propagado pelas mídias e o instinto de sobrevivência e selvageria dos mascarados explodem em socos e pontapés em quem ousar tossir. Se estiver desprotegido, então, pode acabar morrendo. Mas não de coronavírus, aqui a causa é outra doença pior: o ódio.

Nessa tipificação de sociedade, emerge outro tipo de poder o qual Foucault chama de biopolítico. Ele está voltado inteiramente para a população, investe na vida, no biológico; aqui as taxas de natalidade, mortalidade, ou seja, os índices demográficos são inteiramente importantes. Ciências como a estatística e a medicina são

fundamentais para definir seu campo de ação discursivamente velado pelo vazio de palavras como "liberdade", "segurança", "saúde", "progresso". Na biopolítica, tudo é justificado pela preservação da vida, até mesmo matar por ela. Como sabemos, a pandemia desvelou as várias desigualdades presentes em nossa sociedade. Enquanto o menino da zona sul fica isolado em sua casa de praia, as vidas das favelas estão vulneráveis, dividindo o mesmo cômodo com pai, tia, avó, mãe, irmã. Isso evidencia as práticas do biopoder, o poder sobre a vida: "fazer viver e deixar morrer", mas também "fazer morrer", na medida em que o Estado declara quem são seus inimigos e os mata através do racismo.

Os conceitos de necropolítica e necropoder de Achille Mbembe são fundamentais para entender esse processo. Se a biopolítica se encarrega do controle da sociedade, a necropolítica faz morrer os inimigos do "progresso". Para Mbembe (2016), a soberania está inteiramente fundada no poder de decidir sobre a morte: quem deve viver e quem deve morrer. A morte não é exceção à regra política, ela se torna a própria regra. Com isso, a política está implementada no trabalho de morte que, para matar, incessantemente produz ou reproduz estados de sítio, de exceção, e fabrica ficcionalmente o inimigo. O Estado brasileiro se utiliza inteiramente do racismo para tal. Ele criou seu inimigo ficcional: os africanos escravizados e sua descendência – principalmente, os jovens negros.

No Brasil Colônia financiava-se o tráfico negreiro, na República Federativa do Brasil se financia uma política de terror que só recai sobre os moradores das favelas. Estas que abrigam grande parte da população que resistiram ao longo dos anos à própria sorte e apesar do Estado que lhes negou casa, comida, saúde e educação. As favelas são verdadeiros espaços onde a lei é suspensa e qualquer um que tenha uma arma tem o direito soberano de matar. Para matar, o Estado brasileiro tem apontado com os revólveres de seus policiais para os negros e pobres moradores das favelas, lugares onde o poder soberano suspende a lei sob o slogan do "Combate às Drogas" em que se mata indistintamente. Ainda assim, com a quarentena decretada pelos municípios, o número de assassinatos nas favelas brasileiras (ocasionadas pela polícia ou não) continuou subindo.³ Mostrando que mesmo diante dos efeitos mortíferos desse vírus, a máquina de guerra do Estado continua a funcionar a todo vapor.

Se a bala ainda não alcançou os corpos de certos moradores, a falta ou a precariedade do saneamento básico, os acessos negados ou limitado ao sistema de saúde estabelecem condição para morte. Ou, condição para que uma doença viral possa se estabelecer nesses locais. Se os surtos de dengue ou outras doenças virais demoram a cumprir com seu papel de eliminar essas vidas, a covid-19 faz isso mais rápido. Mais de 67% dos que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) são

³ Cf o "Monitor da Violência", publicado no Portal G1 <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/05/25/mesmo-com-pandemia-do-coronavirus-brasil-tem-alta-de-11percent-no-numero-de-assassinatos-em-marco.ghtml>>, o índice de homicídios subiu 11% em relação ao mesmo período do ano passado. Acesso em julho de 2020.

negros, sendo que a população negra do Brasil não passa dos 57% (Pnad-IBGE, 2019). Isso reflete na discrepância de um sistema de exclusão e na precarização do serviço público de saúde impetrado por anos pelas políticas estatais brasileiras.

Até aqui, fizemos um recorte racial e de classe, mas é necessário também demarcar gênero. Se para grupos privilegiados o decreto de se manter em casa é viável e possível, para muitas mulheres esse tem sido o pior lugar do mundo. A violência doméstica cresceu exponencialmente⁴ e era de se esperar, tendo em vista a confluência dos discursos legitimadores das práticas machistas que corroboram para a normalização da hierarquia de gênero. Dessa maneira, a soma entre a negligência do poder público, o risco da contaminação e a violência doméstica torna os corpos femininos ainda mais vulneráveis. Sobretudo a violência contra mulheres trans e travestis, cujos números de assassinatos, mesmo em meio à quarentena, não pararam de subir⁵. Aqui também o poder atua para subjugar os corpos, no caso, os corpos femininos.

Os três poderes aqui apresentados (disciplinar, biopolítico e necropolítico) são exercidos através da recíproca relação entre saber e poder, ou seja, é necessário levantar dados - tanto dos indivíduos quanto da população - para que esses mecanismos funcionem. Não à toa, os dados ganham notoriedade sem precedentes na era da informação. A partir de que os governos são exercidos? Saberes. No disciplinar, para docilizar e fabricar sujeitos; no biopolítico, para controlar a população; e no necropolítico, para produzir o inimigo ficcional do governo. A quarentena atual, característica da sociedade de controle, coaduna tais formas de poder: elas simultaneamente docilizam pela higienização, controlam pelo medo da morte e matam através da política de terror. Quem precisa das teletelas de George Orwell quando carregam smartphones nas mãos?

Referências

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴ Em São Paulo, maior cidade do país, teve um aumento de 30% em maio. Cf <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/13/casos-de-violencia-contra-mulher-aumentam-30percent-durante-a-quarentena-em-sp-diz-mp.ghtml>>, acesso em julho de 2020.

⁵ Cf. o portal O Globo o número de assassinatos contra mulheres trans e travestis cresceram 13% durante a pandemia <<https://oglobo.globo.com/celina/assassinatos-de-mulheres-trans-travestis-sobem-13-durante-isolamento-social-diz-pesquisa-24411415>>, acesso em julho de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: Renata Santini. 2016. Disponível online em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>.

ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Recebido em: 10 de jul. 2020

Aceito em: 25 de ago. 2020